

SUSTENTABILIDADE COMO VALOR SOCIAL: ensaio para a proposição de um conceito de valor social à luz do interacionismo simbólico.

TALITA RAVAGNÃ PIGA

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

SILVIA MARCIA RUSSI DE DOMENICO

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

SUSTENTABILIDADE COMO VALOR SOCIAL: ensaio para a proposição de um conceito de valor social à luz do interacionismo simbólico.

1. INTRODUÇÃO

Relatórios e pesquisas desenvolvidos nas últimas décadas (e.x.: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006; IPCC, 2007; SILVERWOOD-COPE et al., 2011; IPCC, 2014; GREENPEACEBRASIL, 2016; WWF BRASIL, 2018) têm confirmado um diagnóstico preocupante sobre a vida no planeta. Dentre os problemas ambientais apontados por essas publicações destacam-se as mudanças climáticas. Todavia, os problemas ambientais decorrentes da relação homem-natureza, que colocam em pauta um debate permanente entre desenvolvimento humano e escassez de recursos naturais, remontam a tempos muito antigos. De acordo com Du Pisani (2006), a demanda por matérias-primas e seu impacto no meio ambiente têm sido uma questão constante ao longo da história, mesmo em antigas civilizações, como a egípcia, a mesopotâmica, a grega e a romana, em que ocorreram relatos de desmatamento, salinização e perda de fertilidade do solo.

Conforme o modelo socioeconômico capitalista foi se desenvolvendo nas sociedades modernas, com profundas consequências para o meio ambiente, o reconhecimento de que os recursos naturais não seriam inesgotáveis levou à criação na segunda metade do século XXI de um termo próprio, *sustainability* ou sustentabilidade (em uma tradução livre a partir das palavras que a constituem), indicando que seria necessário o desenvolvimento de uma habilidade específica que permitisse preservar os recursos naturais para a continuidade da civilização na Terra (e mesmo fora dela).

Sobre essa ideia tão importante e debatida na atualidade, várias sugestões (ou seriam alertas?) foram dadas ao longo dos séculos em distintas sociedades ocidentais empregando-se diferentes termos. A palavra ‘sustentável’ em alemão foi usada pela primeira vez por Hans Carl von Carlowitz, em *Sylvicultura Oeconomica*. Carlowitz sugeriu o *nachhaltende nutzung* (uso sustentável) de recursos florestais, em 1713, o que implicava manter um equilíbrio entre a colheita de árvores antigas e a garantia de que haveria árvores jovens para substituí-las, para não trazer consequências negativas às futuras gerações. O uso excessivo de madeira no século XVIII e a iminência de escassez, no contexto alemão, estimulou o uso responsável dos recursos naturais em favor das gerações presentes e futuras (DU PISANI, 2006), pensamento muito semelhante ao que está por trás da definição de desenvolvimento sustentável constante no Relatório Brundtland, criado somente em 1987, relativo ao desenvolvimento “que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 40).

Sem mencionar com precisão, Van Zon (2002) apud Du Pisani (2006) afirma que em holandês as palavras *duurzaamheid* (sustentabilidade) e *duurzaam* (sustentável), bem como termos equivalentes, tal qual a palavra durável em francês (*durabilité*), têm sido usados por séculos. Finalmente, na segunda metade do século XX, surgiu pela primeira vez os termos 'sustentável' (*sustainable*) e 'sustentabilidade' (*sustainability*), no *Oxford English Dictionary* (1989) (DU PISANI, 2006). A palavra ‘sustentável’, nesse dicionário inglês foi definida como um adjetivo, “1. *Capable of being borne or endured; supportable, bearable.* 2. *Capable of being upheld or defended; maintainable.* 3. *Capable of being maintained at a certain rate or level*”¹ (SIMPSON; WEINER, 1989). Dentro do verbete sustentável aparece ainda “*Hence sustainability*”, ou seja, por consequência, sustentabilidade. Entretanto, não há um significado preciso para a palavra *sustainability* no dicionário Oxford. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2001), bem como no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), a palavra sustentabilidade significa “qualidade de sustentável”

(FERREIRA, 2010, p. 1989), o que nos leva a crer que o termo sustentabilidade tem sido empregado como menção à capacidade ou habilidade de sustentar algo.

Com o passar do tempo, muitas vozes (diversos agentes sociais, organizações e a própria academia) passaram a orbitar e discutir o conceito de sustentabilidade, sobretudo a partir da década de 1960, quando os efeitos negativos do capitalismo se tornavam cada vez mais agudos (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFER, 2012). Uma primeira iniciativa de denúncia ambiental, que ganhou notória visibilidade foi o livro *Silence Spring* da bióloga Rachel Carson (1962), que expôs os males dos pesticidas usados nas plantações dos Estados Unidos (PIGA; MANSANO, 2015). De lá para cá, organizações não governamentais (ONGs) como WWF e Greenpeace surgiram e organismos internacionais – principalmente diversos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), além de empresários e membros da academia (principalmente economistas) se mobilizaram, muitas vezes em conjunto, em torno do conceito de sustentabilidade, derivando outros termos, como o já mencionado “desenvolvimento sustentável”, muitas vezes utilizados como sinônimos (SARTORI; DA SILVA; CAMPOS, 2014).

As discussões ganharam força e envolveram as nações e seus representantes em diversas conferências internacionais (Rio-92, Rio+10 e Rio+20) que, no entanto, perderam força em função do não comprometimento de alguns países com ações efetivas, como no caso do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que retirou os EUA do acordo de Paris, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (EL PAÍS, 2017). Mais recentemente, a mídia brasileira (EXAME, 2018; TERRA, 2018; G1, 2018), noticiou a retirada da candidatura do Brasil para sediar a COP-25, em 2019, que para os grupos ambientalistas deixa claro que as questões ambientais não são prioridades na agenda do novo governo, encabeçada pelo presidente Jair Bolsonaro (TERRA, 2018).

Acerca das discussões que implicam diversos agentes sociais com a sustentabilidade, Calixto e Prados (2008) observam que, apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ter sido formulado e publicado com o trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMDE), em 1987, essa noção evoluiu “paralelamente ao desenvolvimento humano científico e tecnológico, admitindo múltiplas interpretações, mantendo-se progressivamente como um quadro de intenções já que, na prática, ainda não podemos falar de um modelo acabado” (CALIXTO; PRADOS, 2008, p. 182).

A sustentabilidade entendida enquanto um conceito em construção, admite entendimentos, posicionamentos e ações diferentes em relação a ela, o que nos motiva a defendê-la como um valor social. Um valor social foi primeiramente definido como “qualquer dado que tenha um conteúdo empírico acessível para os membros de um grupo social, e um significado com respeito ao que seja ou possa ser um objeto de atividade” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 110); e o referencial teórico ao qual o conceito de valor social está vinculado é a tradição do interacionismo simbólico da psicologia social sociológica (STRYKER, 1977; TORREGROSA, 2004; ÁLVARO; GARRIDO, 2017).

De modo a abarcar os diferentes agentes imbricados nessa discussão, que se encontram tanto no nível macro (ex.: ONU), quanto no nível micro (ex.: grupos independentes de ativistas), neste ensaio teórico desenvolvemos um conceito de valor social considerando as três diferentes versões da tradição interacionista simbólica, denominadas de Versão Tradicional, Versão Contemporânea e Versão Estrutural (STRYKER, 1980), o qual poderá ajudar a compreender o processo de significação de um conceito (como o de sustentabilidade) em diferentes níveis, a partir de um diálogo micro-macro.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Compreender a sustentabilidade como um valor social é relevante devido à ênfase dada ao processo de interação social que possibilita a significação de um conceito, sendo que este pode ser ressignificado e mesmo abandonado no espaço-tempo. Em outras palavras, a existência de múltiplos significados para sustentabilidade poderá banalizar o conceito, ou mesmo levar a sustentabilidade a deixar de ser um valor, o que traz implicações diretas para os âmbitos empresarial e de outras organizações, político e acadêmico. Nesse sentido, a lacuna teórica a qual pretendemos explorar tange à inexistência de estudos que abordem a sustentabilidade por esse prisma (valor social), nem artigos que adotem o conceito de valor social da psicologia social sociológica, conforme pudemos constatar com a realização de buscas nas bases *Scopus* da Elsevier, *Web of Science* e *Jstor*. Nossa proposta apresenta ainda uma importância instrumental, ou seja, contribuirá posteriormente com evidências empíricas acerca de como se constrói um valor social, uma vez que Thomas e Znaniecki (2006) não o fizeram de forma explícita para além da formulação do conceito de valor social. Além disso, pode-se dizer que essa proposta pode resgatar o nome de autores seminais da vertente sociológica da psicologia social e colocá-los em uso nos estudos organizacionais, pois a nosso ver ainda são capazes de contribuir com a investigação de fenômenos sociais atuais.

O conceito de valor social caiu em desuso ao longo do século XX em favor da ascensão de teorias de valores pessoais como as de Rokeach e Schwartz (psicologia social de enfoque psicológico) (SAMBIASE; DOMENICO; BRUNSTEIN, 2018). De fato, não encontramos trabalhos que tecessem uma aproximação entre valor social e sustentabilidade, além disso, não foram encontrados artigos recentes tratando de valor social na ótica escolhida (psicologia social sociológica), nem revisões de literatura, estudos bibliométricos ou revisões sistemáticas anteriores sobre esse conceito. Em um levantamento realizado no ano de 2018, nas bases *Web of Science* e *Jstor*, de 47 artigos lidos na íntegra, apenas 11, considerando as duas bases e sem repetições, apresentaram um conceito de valor social, com base nos critérios i) mencionar de forma clara a inserção do termo ‘valor social’ no resumo e ii) apresentar efetivamente um conceito de valor social no corpo do texto.

Constatou-se com a revisão² realizada que a maioria dos artigos levantados, apesar de trazer em seu título ou no corpo do texto o termo ‘valor social’, não apresenta de fato uma definição conceitual para o que venha a ser valor social. Muitos artigos, apesar de não definirem explicitamente, referem-se à orientação de valor pró-social, fazendo alusão à teoria de valores de Schwartz (1992, 1994, 2012) que é da vertente psicológica da psicologia social; e na área de gestão e negócios, observa-se que o termo é tomado em sinônimo ao conceito de impacto social.

Com base na lacuna teórica oportuna, chegamos ao problema de pesquisa deste trabalho que interroga: como ocorre o processo de significação da sustentabilidade ambiental como valor social? Assim, o objetivo geral deste ensaio é resgatar o conceito de valor social presente na versão tradicional do interacionismo simbólico, onde foi inicialmente proposto, e discuti-lo na atualidade considerando a versão estrutural do pensamento interacionista, possibilitando a análise de conceitos como o de sustentabilidade tanto no nível micro, quanto macrosociológico.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Os valores na psicologia social

A palavra valor está presente na vida cotidiana, é usada em diversas situações e contém vários significados. Como substantivo, valor é registrado no *Compact Oxford English Dictionary*, em 1303, para se referir à imparcialidade e equivalência da quantidade de uma

mercadoria em uma troca, e em 1398, para significar um padrão de estimativa (ROHAN, 2000). Enquanto verbo, o uso da palavra valor é registrado também no início do século XIV, para descrever o ato de avaliar o valor de uma mercadoria (ROHAN, 2000). Para Kluckhohn (1951), antropólogo norte-americano, a palavra valor é um termo técnico empregado em filosofia, economia, artes, sociologia, psicologia e antropologia. Uma vez que essa palavra é empregada em várias áreas de conhecimento, a discussão sobre valores é dificultada, devido ao termo significar coisas diferentes (ADLER, 1956), e porque abusos quanto à utilização do termo são cometidos por não-psicólogos e psicólogos (ROHAN, 2000).

Parte dos estudos sobre valores concentram-se na psicologia social que se divide em psicologia social psicológica e psicologia social sociológica (STRYKER, 1977; TORREGROSA, 2006; ÁLVARO; GARRIDO, 2017). Em cada uma delas, encontramos explicações quanto ao que sejam valores.

Na psicologia social psicológica valores são pessoais, detidos pelas pessoas, ou seja, intrínsecos (ROKEACH, 1973). Os valores nessa acepção são fruto da cognição humana, portanto, surgem e se constroem de dentro para fora (ÁLVARO; GARRIDO, 2017). Dois autores influentes em estudos de valores na vertente psicológica são Rokeach (1969; 1973) e Schwartz (1992; 1994; 2005; 2012). Rokeach (1973) define um valor como “uma crença persistente de que um modo específico de conduta ou estado final de existência é pessoalmente ou socialmente preferível a um modo de conduta ou estado final de existência oposto” (p. 5), e Schwartz (1994) define valores como “metas desejáveis e transituacionais, que variam em importância, servem como princípios na vida de uma pessoa ou de outra entidade social” (p.21).

Ligados à psicologia social sociológica, pesquisadores da chamada Escola de Chicago exerceram enorme influência sobre os estudos sociais produzidos no início do século XX, por meio de uma tradição intelectual denominada interacionismo simbólico (ÁLVARO; GARRIDO, 2017), na qual também foram abordados valores. Os valores no interacionismo simbólico são sociais, extrínsecos às pessoas e estão localizados nos objetos (ROKEACH, 1973) devido a um processo de significação que ocorre por meio de interação social (ÁLVARO; GARRIDO, 2017).

Para os interacionistas simbólicos, o significado é um dos mais importantes elementos na compreensão do comportamento humano, das interações e dos processos sociais (FINE, 2005). Em *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Blumer (1969) estabelece as três premissas básicas do interacionismo simbólico:

A primeira é que o ser humano orienta seus atos em direção às coisas em função do que estas significam para ele. A segunda é que o significado dessas coisas surge como consequência da interação social que cada qual mantém com seu próximo. A terceira é que os significados surgem e se modificam mediante um processo interpretativo desenvolvido pela pessoa ao defrontar-se com as coisas que vai encontrando em seu caminho (BLUMER, 1969, p. 2).

Diferentemente da vertente psicológica da psicologia social, que centra sua atenção no processo cognitivo, os interacionistas consideram que o significado é produzido a partir do processo de interação humana (MEAD, 1962; BLUMER, 1969). Para Mead (1962), expoente da versão tradicional do interacionismo (STRYKER, 1980), a interação entre indivíduos na sociedade faz com que o *self* (autoconceito) emerge e seja moldado. O *self* permite que o indivíduo interaja socialmente consigo da mesma forma que interage socialmente com outras pessoas. Essa característica do *self* permite que uma pessoa seja percebida como objeto para si mesma e permite se perceber e/ou sentir-se no papel do outro (*rôle-taking*).

Com base no processo de significação, Blumer (1969), principal autor da versão contemporânea do interacionismo (STRYKER, 1980), apresenta a visão de homem defendida no interacionismo simbólico, que é a de um ser agente. O ser humano é visto como um organismo que se empenha na interação social consigo mesmo, por meio da auto interação, e com os outros, por meio da interação social, a fim de elaborar uma linha de ação de acordo com os elementos com os quais o agente interpreta, ao invés de simplesmente emitir uma resposta automática (BLUMER, 1969). Ao fazer isso, o agente tem a capacidade de significar, ressignificar e mesmo sustar os significados (BLUMER, 1969), fazendo com que um significado possa inclusive ser abandonado.

Importante destacar que para além das importantes contribuições que Mead (1962) e Blumer (1969) deram ao interacionismo simbólico, anteriormente ao rótulo interacionista, outros pesquisadores da Escola de Chicago já realizavam estudos com foco na interação social e no significado. Exemplo disso é a monografia *The Polish peasant in Europe and America*, de Thomas e Znaniecki (2006), considerada um marco na psicologia social (BULMER, 1984; ÁLVARO; GARRIDO, 2017). Na obra de Thomas e Znaniecki (2006) se encontra um conceito de valor social, ponto de partida para o conceito proposto neste trabalho.

3.2 Os valores sociais

O conceito de valor social está na obra de Thomas e Znaniecki (1918-1920), *The Polish peasant in Europe and America*, em seu capítulo de abertura, chamado “Nota Metodológica”, e é “qualquer dado que tenha um conteúdo empírico acessível para os membros de um grupo social, e um significado com respeito ao que seja ou possa ser um objeto de atividade” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 110).

Com o intuito de tornar o conceito de valor social mais claro, Thomas e Znaniecki (2006) exemplificam que

[...] um alimento, um instrumento, uma moeda, uma poesia, uma universidade, um mito e uma teoria científica são todos valores. Todos e cada um tem um conteúdo, sensorial nos casos do alimento, do instrumento e da moeda; parcialmente sensorial e parcialmente imaginário no caso da poesia – cujo conteúdo está formado não só pelas palavras escritas e faladas, mas também pelas imagens que evocam – e no caso da universidade, cujo conteúdo é todo o complexo de homens, edifícios, acessórios materiais e imagens que representam sua atividade; ou, por fim pode estar formado exclusivamente de imagens, como no caso de uma personalidade mítica ou uma teoria científica (THOMAS; ZNANIECKI, 2006 p. 110).

À mesma época de Thomas e Znaniecki, as obras do antropólogo britânico Radcliffe-Brown (1922, 1952) também trataram dos valores sociais. O autor traz em suas etnografias um conceito de valor social:

Pelo valor social de qualquer coisa quero dizer o modo como essa coisa afeta ou é capaz de afetar a vida social. O valor pode ser positivo ou negativo, sendo o valor positivo possuído por qualquer coisa que contribua para o bem-estar da sociedade, valor negativo por qualquer coisa que possa afetar adversamente esse bem-estar (RADCLIFFE-BROWN, 1922, p. 264).

Em seu livro *Structure and function in primitive society*, Radcliffe-Brown (1952) cita como exemplos de valores sociais “o nascimento de uma criança, a própria criança e seu bem-

estar e felicidade ou sua morte” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, 141). Na compreensão do autor, inclusive pessoas podem ser consideradas valor social, pois em

[...] certos tipos de grupos, cada membro é um objeto de interesse para todos os outros, e cada membro, portanto, tem um valor social para o grupo como um todo. Além disso, como existem valores negativos bem como positivos, as pessoas podem ser unidas ou associadas por seu antagonismo a outras pessoas” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 141).

Com base nos exemplos listados por ambos autores, nota-se que um valor social pode assumir a forma de algo concreto ou remeter-se a algo de natureza abstrata, pois “até mesmo uma “ideia” (...) pode ser comunicada a outros” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 116). Para Thomas e Znaniecki (2006) os significados desses valores se tornam expressos quando podem ser referenciados às ações humanas que lhes deram origem. O significado

do alimento é sua referência ao seu consumo final; o de um instrumento, sua referência ao trabalho para o qual foi projetado; o de uma moeda, às possibilidades de compra e venda ou os prazeres de gastos que envolve; o da poesia, às reações sentimentais e intelectuais que ela desperta; o da universidade, às atividades sociais que realiza; o da personalidade mítica, ao culto de que é o objeto (...); o da teoria científica, às possibilidades de controle da experiência por ideia ou ação que ela permite (THOMAS; ZNANIECKI, 2006 p. 111).

Nas análises de Radcliffe-Brown (1922, 1952), o conceito de valor social ganha sentido quando o autor considera as relações sociais e seus desdobramentos nas sociedades primitivas estudadas por ele. Quando “duas ou mais pessoas têm um interesse comum no mesmo objeto e estão cientes de sua comunalidade de interesse, uma relação social é estabelecida” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 140) e as pessoas “formam, por um momento ou por um longo período, uma associação, e o objeto pode ser dito ter um valor social” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 140). Retomando o exemplo fornecido pelo autor, um filho e todas as circunstâncias que o cercam (como vida e morte), são valores sociais para seu pai e a mãe, pois “são objetos de interesse comum que os une e, portanto, têm, para a associação formada pelas duas pessoas, valor social” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 141). Por essa definição, “um objeto só pode ter um valor social para uma associação de pessoas” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 141), ou seja, algo só se torna valor social se houver significado atribuído e compartilhado em um grupo social.

Importante ressaltar a importância da pesquisa empreendida por Thomas e Znaniecki (2006), e consequentemente a conceituação de valor social na obra desses autores. *The Polish peasant in Europe and America* foi um dos primeiros exemplos de pluralismo metodológico pela diversidade de fontes de dados utilizadas, como material autobiográfico, correspondência familiar, arquivos jornalísticos, documentos públicos e cartas de instituições (ÁLVARO; GARRIDO, 2017). Além da inovação metodológica explorada por Thomas e Znaniecki (2006), destacamos ainda a contribuição desses autores para o debate macro e micro para a sociologia norte-americana, na qual se desenvolveu o interacionismo simbólico, tradição intelectual amplamente utilizada em estudos organizacionais. Thomas e Znaniecki (2006) trouxeram a ideia de níveis micro e macro, evidenciando a presença de estruturas como reguladoras na vida em sociedade, como no caso das instituições analisadas pelos autores (ex.: famílias, imprensa e instituições de ensino). Todavia, outros autores interacionistas, mais recentemente, discutem de forma contundente o debate micro-macro. Nesse sentido, um

conceito de valor social contemporâneo pode ser complementado à luz do Interacionismo Simbólico Estrutural, vertente esta amplamente impulsionada por Sheldon Stryker.

3.3 A contribuição da versão estrutural ao interacionismo simbólico

Stryker (1980) forneceu grande contribuição ao ser um crítico dentro da perspectiva interacionista, sobretudo à visão microssociológica de Blumer, ao sistematizar as diferentes vertentes presentes no movimento e ao propor sua própria versão de interacionismo simbólico, denominada de versão estrutural. Esse autor apresenta ao longo de sua trajetória de pesquisa sua versão estrutural do interacionismo simbólico, destacando o papel das estruturas sociais no processo de interação entre as pessoas e no estabelecimento de papéis, e por consequência na formação de identidades (STRYKER, 1959, 1968, 1980, 1987, 2008).

Para Stryker (2008), a sociedade organizada existe antes do aparecimento de todos os novos membros, portanto, as instituições sociais antecedem a interação direta entre os indivíduos e a força das estruturas se faz presente na regulação dessa interação. A versão estrutural toma como ponto de partida as “estruturas sociais (...) como interações e relações padronizadas, enfatizando a durabilidade de tais padrões, a resistência à mudança e a capacidade de se reproduzir” (STRYKER, 2008, p. 19).

A sociedade é vista pelo autor como composta de sistemas organizados de interações e relações de papéis, ou ainda “como mosaicos complexos de grupos, comunidades e instituições diferenciados, atravessados por uma variedade de demarcações baseadas em classe, idade, gênero, etnia, religião, etc.” (STRYKER, 2008, p. 19). Stryker (2008) considera que a vida social está ocorrendo, em grande parte, não dentro da sociedade como um todo, mas em de redes relativamente pequenas de relações de papéis, muitas vezes locais. As pessoas vivem

[...] suas vidas em redes relativamente pequenas e especializadas de relações sociais através de papéis que apoiam sua participação em tais redes. Essas pequenas redes estão aninhadas dentro de uma hierarquia de estruturas sociais em que grandes estruturas sociais fornecem limites que afetam a probabilidade de que os indivíduos entrem em estruturas sociais menores (MEROLLA et al., 2012, p. 151).

As estruturas que compõem essa hierarquia são de três de tipos: i) grandes estruturas sociais; ii) estruturas sociais intermediárias; e iii) estruturas sociais próximas. As grandes estruturas sociais são aquelas que dizem respeito à macro orientação social, ou categorias, como raça, classe, gênero ou nação. Essas estruturas são relativamente estáveis (ao longo do tempo), influenciam comportamentos interpessoais e servem como fronteiras sociais, tendo consequências importantes e diretas na vida individual (MEROLLA et al., 2012), pois além de servir como limites para demarcar conjuntos em que as pessoas se inserem (BRENNER; SERPE; STRYKER, 2014), impactam nas condições de desenvolvimento de suas identidades (STRYKER, 1959, 1968).

Estruturas sociais intermediárias são conjuntos consideráveis de pessoas em contextos particulares e delimitadores (por exemplo, vizinhanças, escolas, associações). Esse tipo de estrutura é considerado importante, pois os limites sociais por elas impostos aumentam ou diminuem a probabilidade de formação de relações sociais. Assim, “estruturas intermediárias, como as grandes estruturas sociais, servem como importantes limites na determinação de quais indivíduos têm mais ou menos acesso a quais estruturas sociais próximas” (MEROLLA, et al., 2012, p. 152).

Já as estruturas sociais próximas são redes menores ou grupos mais próximos às pessoas, como famílias, equipes, departamentos dentro de estruturas corporativas ou educacionais maiores. Esse tipo de estrutura representa os contextos nos quais as pessoas geralmente desenvolvem suas identidades (STRYKER et al. 2005; SERPE; STRYKER 2011). Cabe assinalar que a teoria da identidade do interacionismo simbólico estrutural toma por sinônimo os conceitos de grupo e rede social. Portanto, redes sociais ou grupos são “pequenos e envolvem relacionamentos interpessoais, ao invés de relacionamentos de organizações, instituições, sociedades totais e assim por diante” (MEROLLA, et al., 2012, p. 150).

4. DISCUSSÃO

O valor social é oposto ao valor natural, “que tem um conteúdo, mas, como uma parte da natureza, não tem significado para a atividade humana, é tratado como “sem valor”; quando o natural assume um significado, torna-se assim um valor social” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 111). Em nossa leitura, a partir de Thomas e Znaniecki e Radcliffe-Brown, um valor social possui funcionalidade em meio a um determinado grupo social. Se o grupo social não reconhecer ou atribuir uma função a algo (abstrato ou material), esse dado empírico (THOMAS; ZNANIECKI, 2006) não se torna valor ou objeto de interesse (RADCLIFFE-BROWN, 1952). Se algo não for reconhecido como valor social, os membros do grupo não procederão atividades (ações) em direção a esse algo (THOMAS; ZNANIECKI, 2006).

Importante destacar que um valor social é um tipo de valor que está “fora do indivíduo”, não é uma condição intrínseca ao ser humano, mas se encontra nos objetos, a partir do momento em que a cooperação entre os membros do grupo social (ZNANIECKI, 1939) especificar uma função social para o objeto. Entretanto, Thomas e Znaniecki (2006) assinalam que “[...] quando um valor social atua sobre os membros individuais do grupo produz um efeito mais ou menos diferente em cada um deles; inclusive quando atua sobre o mesmo indivíduo em diferentes momentos não influencia de uma maneira uniforme” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 126), pois os resultados de uma atividade individual não dependem apenas da ação em si, mas também das condições sociais em que a ação é realizada (THOMAS; ZNANIECKI, 2006). Neste ponto, entendemos que os autores já reconheciam a força de estruturas sociais em oposição à ação individual, evidenciando a existência de uma dinâmica entre indivíduos e sociedade. Quando os autores afirmam que os membros de um determinado grupo podem reagir de uma maneira idêntica a determinados valores por terem sido ensinados a reagir assim, devido à regras tradicionais de conduta, e que uma mesma ação “em diferentes condições sociais produz resultados bastante diferentes” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 129), compreendemos que os autores trazem elementos em sua análise que já expressavam a presença de estruturas sociais.

Thomas e Znaniecki (2006) afirmam ainda que as regras de conduta constituem “sistemas mais ou menos conectados e harmoniosos que se pode denominar em geral de instituições sociais, e a totalidade de instituições encontradas em um grupo social concreto constituem a organização social desse grupo” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 121), destacando que para além da interação direta entre os indivíduos, existem relações sociais entre membros que são mais padronizadas e instituídas dentro de um grupo, revelando o poder de estruturas sociais ao qual Merolla et al. (2012) e Brenner, Serpe e Stryker (2014) mais recentemente classificaram em grandes estruturas sociais, estruturas sociais intermediárias e estruturas sociais próximas.

Devido à hierarquia de estruturas sociais colocadas por Merolla et al. (2012) e Brenner e Serpe e Stryker (2014), os significados surgem por meio da interação entre os membros de

um grupo social menor, mas têm o potencial de se tornarem cada vez mais objetificados e atingir níveis ou estruturas sociais maiores. Assim, no nível micro ocorre a interação social considerada como condição necessária para o surgimento de identidades (STRYKER, 1968).

Stryker (1968) assume que uma mesma pessoa pode performar vários papéis, e, portanto, várias identidades podem surgir. Como os indivíduos nas sociedades modernas participam de uma variedade de relacionamentos, o autor argumenta que “as pessoas têm múltiplos eus (James [1890] 1950) e assim conterà uma multiplicidade de identidades” (BRENNER; SERPE; STRYKER, 2014, p. 232). O fato de uma pessoa desempenhar um papel específico em cada grupo social que se torna membro faz com que haja o surgimento de várias identidades ao longo da vida, e uma identidade pode se tornar predominante, manifestando-se em várias ocasiões da vida social (STRYKER, 1968).

Os três tipos de estruturas sociais (grandes estruturas, intermediárias e próximas) exercem papel fundamental na formação de identidades, pois uma identidade é compreendida “como sendo condicionada pela estrutura social mais ampla que afeta as possibilidades objetivas de se entrar ou permanecer em determinados tipos de redes de relações sociais” (SERPE; STRYKER, 1987, p. 91). Podemos pensar que classe, gênero e etnia (considerados grandes estruturas) podem restringir o acesso a determinados espaços sociais, como as universidades (consideradas estruturas intermediárias); por sua vez, uma universidade, enquanto uma estrutura intermediária, torna mais ou menos provável que os estudantes entrem em relações e interações sociais (estruturas próximas) que podem levá-los, por exemplo, a buscar ou não a possibilidade de uma determinada ocupação ligada à carreira acadêmica (MEROLLA, et al., 2012).

Uma vez evidenciada a relação existente entre as estruturas sociais, destacamos agora as principais contribuições do interacionismo simbólico estrutural para o desenvolvimento de um conceito de valor social que considera essa vertente em sua formulação. No interacionismo simbólico estrutural está clara a importância que as estruturas sociais têm na regulação das relações sociais e na ação individual. Para os interacionistas estruturais a vida social é construída, aberta à reconstrução e à mudança social, todavia delimitada por “características objetivas do mundo vivido, construções anteriores, pressões baseadas em normas (...) e hábitos” (SERPE; STRYKER, 2011, p. 232). Nesse sentido, muitas interações entre as pessoas apenas reproduzem estruturas existentes, assim a ação humana nem sempre resulta necessariamente em mudança de situações ou configurações estruturais (SERPE; STRYKER, 2011).

Ao identificarem a existência de três tipos de estruturas sociais (grandes estruturas, intermediárias e próximas), Merolla et al. (2012) apontam para uma relação macro-micro que fornece o contexto social em que ocorre a agência humana. O grupo social presente nas definições de valor social de Thomas e Znaniecki (2006) e de Radcliffe-Brown (1922, 1952) pode ser compreendido como uma estrutura social próxima, pois são “redes (...) pequenas e envolvem relacionamentos interpessoais” (MEROLLA, et al., 2012, p. 150), que atribuem significados às coisas. Todas as coisas que possuem significado para um determinado grupo são consideradas valor social, segundo T&Z. Por sua vez, os membros de um grupo social, agora uma estrutura próxima, ou seja, uma rede de relações próximas, agem em face daquilo que reconhecem como valor (THOMAS; ZNANIECKI, 2006).

Como um mesmo valor social produz diferentes efeitos sobre os membros do grupo (THOMAS; ZNANIECKI, 2006), as pessoas podem agir de formas diferentes em relação a um mesmo valor, inclusive de forma contrária. Ao interpretarem suas ações e as de outros membros, são capazes de ressignificar (BLUMER, 1969) os valores sociais.

Enquanto estruturas sociais próximas, os grupos sociais têm poder de influenciar e alterar estruturas sociais superiores, pois a vida social é construída, aberta à reconstrução e à mudança social, e ainda que delimitada por características objetivas (SERPE; STRYKER,

2011), a ação humana é “a causa de uma mudança social” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 129). Assim, os membros de um grupo social não apenas reagem aos fatores pré-determinados de estruturas hierarquicamente superiores que os circundam e os reproduzem, mas, podem ser agentes protagonistas de suas próprias ações.

Com base no exposto e discutido até aqui, chegamos ao final deste ensaio com uma conceituação para **valor social** entendido como “**qualquer objeto de interesse** (RADCLIFFE-BROWN, 1922, 1952) **com conteúdo empírico acessível** (THOMAS; ZNANIECKI, 2006) e **significado construído** (BLUMER, 1969; THOMAS; ZNANIECKI, 2006) **por agentes de grupos sociais em interação com estruturas sociais intermediárias e grandes** (MEROLLA, et al., 2012)”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valor social, enquanto um conceito, é considerado por nós importante porque credita o processo de valorização de algo à interação social. Um valor social é algo significado por pessoas e também por elas modificado, tanto em função das interações sociais que vivenciam nas redes de relações próximas das quais fazem parte, quanto pela interação com agentes sociais (KING, FELIN, WHETTEN, 2009) que representam estruturas sociais mais complexas.

No caso da sustentabilidade, podemos tecer algumas considerações na defesa desse conceito como valor social em termos do conteúdo empírico e dos grupos sociais que o significam e agem em relação a ele. O conteúdo empírico da sustentabilidade, que é acessível aos membros de um grupo social, é a ideia ou o conceito que o termo evoca. Por ser um conceito, a sustentabilidade tem um caráter evidentemente abstrato, mas apresenta significados que podem ser compartilhados, pois “até mesmo uma “ideia” (...) pode ser comunicada a outros” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p. 116) e se tornar objeto de ação.

A nosso ver, o que hoje chamamos de sustentabilidade já era uma ideia presente no contexto de exploração florestal da Europa dos séculos XVIII e XIX e expressava a necessidade de preservação dos recursos naturais para a continuidade da espécie humana no presente e no futuro. Essa preocupação se intensificou ao longo do tempo, muito em face dos efeitos do sistema capitalista e da prerrogativa de progresso econômico, culminando no surgimento de um termo específico (*sustainability*), bem como no conceito de desenvolvimento sustentável que está fortemente imbricado com a ideia de sustentabilidade desde o final do século XX.

Na seção introdutória deste artigo mencionamos a existência de diversos agentes sociais conectados à história do desenvolvimento do conceito de sustentabilidade, os quais podemos reconhecer como estruturas sociais intermediárias ou estruturas sociais próximas (MEROLLA et al., 2012). Como exemplos das primeiras, podemos citar a ONU e os programas ligados a ela como o PNUD e o PNUMA, os governos signatários de pactos globais das conferências promovidas pela ONU (Conferência de Estocolmo, Rio-92, Rio+10 e Rio+20), ONGs internacionais de proteção ambiental como a Greenpeace e a WWF, e a GRI (importante referência no mundo empresarial relacionada à sustentabilidade). Como estruturas sociais próximas destacamos o Clube de Roma, que envolveu empresários e cientistas no final dos anos 1960 na divulgação do relatório Limites do Crescimento, a Comissão Brundtland, ou Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED) - grupo apoiado pela ONU que criou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e emitiu o Relatório Brundtland -, e organizações descentralizadas e localizadas agindo em coletivos menores, como os ativistas e ciberativistas. Importante observar o caso da CMED como um grupo social que, hierarquicamente “alojado” em uma estrutura social maior (a ONU), criou um conceito, o desenvolvimento sustentável, que posteriormente foi sendo legitimado em instâncias maiores.

São os grupos sociais que, em função da associação de seus membros devido a interesses comuns relativamente a diversos objetos, especificam a cada um deles funções sociais e, a partir disso, agem em relação a eles. No caso da sustentabilidade consideramos que é possível proceder ações favoráveis ou contrárias a ela. Indicando uma ação favorável à sustentabilidade temos, por exemplo, a ONU, que desde o final da década de 1980 disseminou pelo conceito de desenvolvimento sustentável por meio de conferências internacionais e acordos políticos em nível global.

Apesar de reconhecer a existência da sustentabilidade, identificamos acadêmicos que, com uma posição crítica, se opõem ao conceito de desenvolvimento sustentável (ex.: BANERJEE, 2003; VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012). Temos ainda na atualidade, exemplos de representantes políticos de nações, como Trump e Bolsonaro, que caminham na contramão dos esforços políticos com a agenda climática e acordos realizados até aqui, pois ambos mostram que as questões ambientais não são prioridades na agenda desses governos (EL PAÍS, 2017; TERRA, 2018). Em nossa visão tal posicionamento caracteriza uma oposição ao próprio conceito de sustentabilidade, que está sendo ressignificado ao longo do tempo e, no limite, poderá deixar de existir como valor social em determinadas estruturas próximas, ao serem atravessadas por estruturas nacionais.

Portanto, em nosso entendimento, o conceito de sustentabilidade perpassa todos os níveis das estruturas sociais, nasce no micro por interação social e pode objetificar-se no macro. Enquanto um valor social, a sustentabilidade pode ser significada, ressignificada e mesmo abandonada, afinal um significado surge e se modifica mediante processo interpretativo e pode ser transformado (BLUMER, 1969). A perda do poder de algumas vozes que conferem legitimidade à sustentabilidade contribui para isso. Conforme visto anteriormente o papel da ONU como instituição legitimadora da sustentabilidade é inegável. Apesar disso, há sinais de que essa organização tem perdido poder institucional desde a guerra na Síria, acentuada pela crise dos refugiados (ISTOÉ, 2016). Com uma contínua perda de poder por parte da ONU, a longo prazo a sustentabilidade como um valor legitimado pode ser posta em xeque em mais de um nível e por várias estruturas sociais. Esse processo de construção e desconstrução da sustentabilidade enquanto valor social, no entanto, é “conversa” para outra publicação.

NOTAS

¹ Tradução de sustentável: “1. Capaz de ser suportado ou tolerado; suportável. 2. Capaz de ser sustentado ou defendido. 3. Capaz de ser mantido a uma determinada taxa ou nível”.

² As definições encontradas com esse levantamento referem-se a três diferentes compreensões. A primeira refere-se à orientação social de valores pessoais, tal qual os estudos de Schwartz (1992, 1994, 2005, 2012), verificada na pesquisa de Innamorati et al. (2018). Nos trabalhos de Iedema e Poppe (1998) e Qi, Wu e Liu (2018) os autores problematizam a distinção de traços de personalidade ou preferência pela adoção de comportamentos cooperativos em detrimento dos comportamentos individualistas e competitivos, também compreendendo a orientação social de valores pessoais. A segunda compreensão refere-se ao juízo de valor que se estabelece sobre pessoas a partir de posições sociais ocupadas (ideia de *status* ou prestígio social). Fazem parte dessa compreensão os estudos de Hale, Schmitt e Leonard (1984), Beauvois e Dépret (2008) e Li, Zhang e Sun (2015). Por último, a terceira compreensão apurada, tange aos estudos de Brickson (2007), Polonsky e Grau (2008), Awuzie e McDermott (2016), Cartigny e Lord (2017), e Ajitha e Sivakumar (2017), cujo valor social é tomado em sinônimo a impacto social, externalidades provocadas por diferentes tipos de organizações sobre o bem-estar social de comunidades.

³ Em *The Polish Peasant in Europe and America*, grupos primários são as famílias dos camponeses da Polônia, de outras cidades europeias e residentes nos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

ADLER, A. The value concept in sociology. **American Journal of Sociology**, 62, 272–279, 1956.

AJITHA, S.; SIVAKUMAR, V. J. Understanding the effect of personal and social value on attitude and usage behavior of luxury cosmetic brands. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 39, p. 103-113, 2017.

ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. Tradução Miguel Cabrera Fernandes. Revisão técnica: Ana Raquel Rosas Torres. – Porto Alegre: AMGH, 2017.

AWUZIE, Bankole O. et al. The role of contracting strategies in social value implementation. **Proceedings of the ICE-Management, Procurement and Law**, 2016.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization studies**, v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003.

BEAUVOIS, Jean-Léon; DÉPRET, Eric. What about social value? **European Journal of Psychology of Education**, v. 23, n. 4, p. 493, 2008.

BLACKBURN, William R. **The sustainability handbook: The complete management guide to achieving social, economic and environmental responsibility**. Routledge, 2012.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

BRENNER, Philip S.; SERPE, Richard T.; STRYKER Sheldon. The causal ordering of prominence and salience in identity theory: an empirical examination. **Social Psychology Quarterly** 2014, Vol. 77(3) 231–252.

BRICKSON, Shelley L. Organizational identity orientation: The genesis of the role of the firm and distinct forms of social value. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 864-888, 2007.

BULMER, Martin. **The Chicago school of sociology: Institutionalization, diversity, and the rise of sociological research**. Chicago, USA: University of Chicago Press, 1984.

CALIXTO, Pilar Saura; PRADOS, María Ángeles Hernández. La evolución del concepto de sostenibilidad y su incidencia en la educación ambiental. **Teoría de la Educación**, v. 20, 2008.

CARTER, M. J.; FULLER, C. Symbols, meaning, and action: the past, present, and future of symbolic interactionism. **Current Sociology Review** 2016, Vol. 64(6) 931–961.

CARTIGNY, Tom; LORD, Wayne E. Defining social value in the UK construction industry. 2017.

DOVERS, S.R.; HANDMER, J.W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v.2, n.4, p.262-276, 1992.

DU PISANI, J. A. **Sustainable development** – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*. June 2006; 3(2): 83 – 96.

EL PAÍS, 2017. **Donald Trump enterra esforço global para deter mudança climática**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/01/internacional/1496334641_201201.html>. Acesso em: 06 mar. 2019.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v.36, n.2, p.90-100, 1994.

EXAME. **Brasil retira candidatura para sediar a COP 25 por falta de recursos**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-retira-candidatura-para-sediar-a-cop-25-por-falta-de-recursos/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. – 5. ed. – Curitiba: Positivo, 2010.

FINE, G. **O triste espólio, o misterioso desaparecimento e o glorioso triunfo do interacionismo simbólico**. **RAE-Clássicos**, vol. 45, nº4, p. 87-105, 2005 (Trabalho original publicado em 1993).

G1. **Decisão de não sediar a COP 25 pode ajudar a comprometer economicamente o país**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/post/2018/11/30/decisao-de-nao-sediar-a-cop-25-pode-ajudar-a-comprometer-economicamente-o-pais.ghtml>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

GREENPEACE BRASIL. **E agora, José? O Brasil em tempos de mudanças climáticas**. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/planet4-brasil-stateless/2016/11/Relatorio_EAgoraJose_completo.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

GRI. **Global Reporting Initiative**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>. Acesso em: 30 out. 2018.

HALE, Ronald J.; SCHMITT, Raymond L.; LEONARD, Wilbert M. Social Value of the Age of the Dying Patient: Systematization, Validation, and Direction. **Sociological Focus**, v. 17, n. 2, p. 157-173, 1984.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Sales. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IEDEMA, Jurjen; POPPE, Matthijs. The effect of self-presentation on social value orientation. **The Journal of social psychology**, v. 134, n. 6, p. 771-782, 1994.

ILLIA, Laura. Passage to cyberactivism: How dynamics of activism change. **Journal of Public Affairs: An International Journal**, v. 3, n. 4, p. 326-337, 2003.

INNAMORATI, Marco et al. Attachment, social value orientation, sensation seeking, and bullying in early adolescence. **Frontiers in psychology**, v. 9, p. 239, 2018.

IPCC, 2007: Climate Change 2007: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, Pachauri, R.K and Reisinger, A. (eds.)]. **IPCC**, Geneva, Switzerland, 104 pp.

IPCC, 2014: Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. **IPCC**, Geneva, Switzerland, 151 pp.

ISTOÉ. **Para que serve a ONU?** Disponível em: <[https://istoe.com.br/447400_PARA+QUE+SERVE+A+ONU+/>](https://istoe.com.br/447400_PARA+QUE+SERVE+A+ONU+/). Acesso em: 19 mai. 2019.

KING, Brayden G.; FELIN, Teppo; WHETTEN, David A. Finding the organization in organizational theory: a meta-theory of the organization as a social actor. **Perspective Organization Science**, Articles in Advance, pp. 1–16, 2009.

KLUCKHOHN, C.K.M Values and value orientation in the theory of action. In: PARSONS, T.; SHLDS, E.(eds). **Toward a general theory of action**. Cambridge, MA, Harvard University Press, p.388-433, 1951.

LI, Jie; ZHANG, Xin-An; SUN, Gong. Effects of “face” consciousness on status consumption among Chinese consumers: Perceived social value as a mediator. **Psychological reports**, v. 116, n. 1, p. 280-291, 2015.

MEAD, G. H. **Mind, self and society**: from the standpoint of a social behaviorism. Chicago: The University of Chicago Press, 1962 (Trabalho original publicado em 1934).

MEROLLA, D. M; SERPE, R.T; STRYKER, S; SCHULTZ, P. W. Structural precursors to identity processes: the role of proximate social structures. **Social Psychology Quarterly** 75(2) 149–172, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise. **Monitoramento e avaliação de projetos**: métodos e experiências. Brasília: MMA, 2006. (Série Monitoramento & Avaliação).

PIGA, Talita Ravagnã; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Práticas sustentáveis no cotidiano: o que a administração tem a aprender com elas? **Capital Científico**, v. 12, p. 134-148, 2014.

PIGA, Talita Ravagnã; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sustentabilidade ambiental e história: uma análise crítica. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 10, p. 174-195, 2015.

POLONSKY, Michael Jay; GRAU, Stacy Landreth. Evaluating the social value of charitable organizations: A conceptual foundation. **Journal of Macromarketing**, v. 28, n. 2, p. 130-140, 2008.

QI, Yanyan et al. Social value orientation modulates context-based social comparison preference in the outcome evaluation: An ERP study. **Neuropsychologia**, v. 112, p. 135-144, 2018.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Structure and function in primitive society**. Essays and Addresses. The free press Glencoe, Illinois, 1952.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **The andaman islanders**. A study in social anthropology. Cambridge at the University Press, 1922.

ROHAN, M. J. A rose by any name? The values construct. **Personality and Social Psychology Review**, v.4, n.3, 2000.

ROKEACH, M. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973.

ROKEACH, M. **Value survey**. Sunnyvale, CA, Halgren Tests (873 Persimmon Avenue, 94087), 1967.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Pour une économie politique du développement**. Etudes de planification, Paris, Flammarion, 1977, 307 p.

SAMBIASE, M. F.; DOMENICO, S. M. R.; BRUNSTEIN, J. Values, sustainability, and implications for management education. In: **Developing a sustainability mindset in management education**/edited by Kerul Kassel and Isabel Rimanoczy. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2018.

SANDOVAL-ALMAZAN, Rodrigo; GIL-GARCIA, J. Ramon. Towards cyberactivism 2.0? Understanding the use of social media and other information technologies for political activism and social movements. **Government Information Quarterly** 31 (2014) 365–378.

SARTORI, Simone; SILVA, Fernanda Latrônico da; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Sustainability and sustainable development: a taxonomy in the field of literature. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 1-20 n jan.-mar. 2014.

SCHWARTZ, S.H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values? **Journal of Social Issues**, v. 50, p.19-45, 1994.

SCHWARTZ, S.H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. **Advances in Experimental Social Psychology**, v.25, p.1-65, 1992.

SCHWARTZ, S.H. Valores humanos basicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: TAMAYO, A.; PORTO, J.B. (orgs). **Valores e comportamento nas organizacoes**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 21-55, 2005.

SCHWARTZ, Shalom H. et al. Refining the theory of basic individual values. **Journal of personality and social psychology**, v. 103, n. 4, p. 663, 2012.

SERPE, R.T.; STRYKER, S. **The symbolic interactionist perspective and identity theory**. In: London: Springer, pp. 225–248, 2011.

SILVERWOOD-COPE, K. O.; VILLARROEL, L. C. L.; SERKEIS, A. P. M.; KAMBER, A. **Mudanças climáticas**. Brasília: MMA, 2011.

SIMPSON, J. A; WEINER, E. S. C. **The Oxford English Dictionary** (2nd. ed.). Oxford: Clarendon Press, 1989.

STRYKER, S. Developments in two social psychologies: Toward an appreciation of mutual relevance. **Sociometry** 40, 1977. 145-160.

STRYKER, S. From Mead to a structural symbolic interactionism and beyond. **Annual Review of Sociology**, v. 34, p. 15-31, 2008.

STRYKER, S. Identity salience and role performance: The relevance of symbolic interaction theory for family research. **Journal of Marriage and the Family**, p. 558-564, 1968.

STRYKER, S. **Symbolic interacionism**. A social structural version. Caldwell, USA: The Blackburn Press, 1980.

STRYKER, S. Symbolic interaction as an approach to family research. **Marriage and Family Living**, v. 21, n. 2, p. 111-119, 1959.

STRYKER, S. The vitalization of symbolic interactionism. **Social Psychology Quarterly**, Vol. 50, No. 1., pp. 83-94, 1987.

TERRA. **Após desistência do Brasil, Chile vai sediar COP-25**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/apos-desistencia-do-brasil-chile-vai-sediar-cop-25,27d1678731178f088ba683bf811849a2s3kk62jp.html>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. **El campesino polaco en Europa y en América**. Madrid: Boletín Oficial del Estado: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006 (Trabalho original publicado entre 1918 e 1920).

TORREGROSA, R. J. Social psychology: social or sociological? In: **The social psychology of group identity and social conflict**. Washington: American Psychological Association, Eagly, Boron y Hamilton (eds), 2006.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012.

WCED. **World Comission on Environment and Development. Our Commom Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WWF BRASIL. 2018. **Relatório Planeta Vivo - 2018**: Uma ambição maior. Grooten, M. and Almond, R.E.A. (Eds). WWF, Gland, Suíça.